SILVEIRA, Ildefonso. *Rumo ao ano 2000. Os anos santos ou jubileus desde 1300.* Ed. Vozes, Petrópolis, 1998, 147 p.

O autor lecionou História da Igreja no Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis, onde celebrou um jubileu de 25 anos nesta função. Atualmente é professor-pesquisador do Instituto Franciscano de Antropologia da Universidade de São Francisco de Assis, em Bragança Paulista.

Esta pequena obra que ora apresentamos resulta de sua larga experiência de professor e pesquisador no campo da História da Igreja. Aparece em boa hora, pois o Papa João Paulo II, através da Carta Apostólica "Advento do Terceiro Milênio" (10/11/94), acaba de convocar os católicos para celebrar mais um jubileu. Mas qual é a origem mais remota do costume de celebrar o jubileu? Por que tão tardiamente começou a ser celebrado o jubileu na Igreja? Qual é o espírito que está por trás desta prática quando ela se iniciou na Igreja? Como e quando foram celebrados jubileus na Igreja? A estas e outras perguntas o autor procura responder numa linguagem bem simples e de forma muito sintética.

A obra divide-se em duas partes. Na primeira parte o autor procura mostrar as motivações espirituais que estavam por trás das celebrações dos jubileus. Sem estas motivações não podemos compreender as próprias celebrações. Em primeiro lugar, o autor destaca a importância do costume cristão, presente também em religiões pagãs, de fazer peregrinações a santuários ou lugares considerados sagrados. Para os peregrinos, Abraão é considerado o modelo do peregrino; famosa é também a peregrinação do profeta Elias ao monte Horeb, onde busca nova orientação, fugindo de Jezabel. Para os judeus Jerusalém com seu templo sempre foi um forte atrativo para justificar uma peregrinação; ainda hoje o lema é "no próximo ano em Jerusalém". Os maometanos também visitam seus lugares santos, especialmente Meca e Jerusalém. No passado, para os cristãos os lugares de peregrinação preferidos eram a Terra Santa, os sepulcros de Pedro e Paulo em Roma e o túmulo de Santiago em Compostela. Mais recentemente, muito procurados são os santuários de Lourdes, Fátima e Aparecida. Os peregrinos vão venerar os túmulos de Cristo e dos apóstolos, locais de aparições, relíquias de Cristo e de Santos. No fundo de tudo está uma forma de busca de Deus e da experiência do maravilhoso, proporcionada pela fé e pelo espírito religioso da alma humana. O homem medieval, por exemplo, tinha uma alma nômade e gostava de peregrinar, em geral a pé. Outra razão muito forte, ligada às peregrinações, era a da penitência. Havia uma consciência muito arraigada de que o pecado era uma coisa séria e exigia reparação. De fato, já nos séculos V e VI essa consciência do pecado

levou ao voto ou propósito penitencial. O sistema penitencial foi se tornando exigente e complicado. O bispo Santo Ambrósio, por exemplo, obrigou o Imperador Teodósio I (390), responsabilizado pelo massacre da população de Tessalônica, à penitência pública na porta da igreja. No séc. VII tentou-se substituir a dureza da penitência pela prática de orações e esmolas. A partir do séc. XI e XII surge a prática das indulgências, isto é, a absolvição que se concedia das penas temporais devidas aos pecados. Assim, pela participação numa cruzada pela reconquista dos lugares santos se concedia uma indulgência plenária, isto é, o perdão de todas as penas temporais devidas aos pecados.

Ildefonso Silveira conclui esta primeira parte lembrando que o jubileu, do qual se fala em Lv 25,8-13, foi reinterpretado pela prática cristã. Se na Bíblia tinha por finalidade proclamar o perdão das dívidas, o retorno às propriedades, a libertação dos escravos e o descanso da terra, entre os cristãos centrou-se mais no aspecto espiritual. Não se trata mais da libertação econômica mas da libertação do pecado e de uma ocasião de refletir sobre os grandes problemas do tempo.

Na segunda parte o autor fala de cada um dos jubileus celebrados desde 1300 até nossos dias. Um pouco antes de 1300 corria entre o povo romano uma esperança de que quem visitasse neste ano os túmulos dos apóstolos Pedro e Paulo ganharia uma indulgência. Atendendo ao desejo popular o papa Bonifácio VIII anunciou a celebração do primeiro jubileu do centenário do nascimento de Jesus. Desde então, com exceção de 1800, repetiu-se o jubileu do centenário. Mas, já a partir do séc. XIV, o espaçamento foi diminuindo, e a partir de 1500, como regra geral, o jubileu era celebrado a cada 25 anos. Fez-se isso a pedido dos fiéis, pois a expectativa de vida que então se tinha era curta, muitos não teriam a graça de obter uma indulgência no espaço de 50 anos. Nesta parte o autor procura falar de cada um dos jubileus celebrados no contexto político e religioso da época. Quando possível, refere-se a testemunhos de peregrinos que relatam sua experiência da peregrinação feita aos túmulos dos apóstolos em Roma. Em 1550, o papa Alexandre VI quis trocar o nome "jubileu" por "ano santo", para que a celebração fosse um apelo à santidade, tão necessária para a Igreja carente de reformas. De fato, uma das razões do protesto de Martinho Lutero, em 1517, era que as indulgências tinham perdido seu sentido espiritual e se transformaram muitas vezes em comércio. Mas, apesar da divisão da cristandade que então se provocou, os jubileus continuaram sendo celebrados. O fato de os próprios luteranos celebrarem em 1617 um jubileu do centenário do início da rebelião de Martinho Lutero, com debates doutrinários, mostra a importância dos anos jubilares.

Em 1800 não foi celebrado o jubileu por causa da Revolução Francesa que convulsionou a Europa toda. Da mesma forma, em 1850 e 1875 não houve ano santo por causa das revoluções liberais na Europa.

O afluxo dos peregrinos a Roma foi muitas vezes acompanhado pela atividade de grandes pregadores que apelavam para a conversão e reforma dos costumes. Os peregrinos eram atendidos e hospedados por confrarias que lhes davam um mínimo de conforto possível. Os papas sempre tentaram coibir o abuso da exploração dos

peregrinos. A grande movimentação de pessoas, vindas de todas as partes, e as condições precárias de higiene tornavam fácil a propagação de pestes. Partir em peregrinação significava às vezes não voltar mais para casa.

Esperamos que este livrinho, que traz à memória os jubileus celebrados na Igreja Católica, ajude a celebrar o Jubileu do final deste milênio, recuperando o seu sentido bíblico de conversão e renovação, numa perspectiva mais ecumênica.

Ludovico Garmus

BARROS, Marcelo. *A dança do novo tempo. O novo milênio, o jubileu bíblico e uma espiritualidade ecumênica.* São Paulo/São Leopoldo: CEBI/Paulus/Sinodal, 1997, 92 p.

Este livrinho anima. Anima para a fé e para a caminhada. São 92 páginas de espiritualidade no cotidiano. Numa leitura fluente e agradável, Marcelo Barros nos chama, nos conduz e nos deixa a refletir, com os olhos postos no futuro, num tema em discussão na vida eclesial neste final de milênio: o *jubileu*.

O livro está estruturado em três partes principais:

1ª parte: *Projeto de jubileu para o ano 2000* (p. 11-28) – apresenta a proposta (católica) do jubileu para o fim do milênio, ressaltando em particular a "guinada" que foi dada a essa proposta pelos bispos latino-americanos.

2ª parte: *Meditação da Palavra-Vida* (p. 29-64) – constitui o "coração do livro". Aqui o autor nos introduz na "profecia bíblica do jubileu" (cap. IV, p. 29-37), indicando de passagem os textos escriturísticos que fazem alusão a este tema. Este coração é a memória. Na continuação situam-se alguns capítulos de cristalina reflexão, espiritualidade e celebração. É nisso que reside o grande mérito do livrinho: encaminha para a reflexão e o exercício da espiritualidade.

3ª parte: "*Hoje se cumpre esta palavra* (p. 65-89) – aqui o autor procura apresentar "pistas para um jubileu possível". Destacam-se sobretudo dois capítulos: cap. VII (p. 65-71): *Para repartir a terra, onde o autor dá continuidade à reflexão de seu consagrado engajamento pela luta dos sem-terra em nosso país e pela causa de uma justa distribuição da terra no Brasil. No cap. VIII: Para uma economia jubilar* (p. 72-81), o autor propõe algumas pistas para converter o tema do jubileu para dentro das relações de economia e política do mundo atual. O livrinho de ouro é encerrado por um capítulo sobre o ecumenismo, outro tema palpitante da vida do autor (p. 82-89): *Para um ecumenismo novo*.

Para encerrar, algumas palavras poéticas de Milton Schwantes, da contracapa: "Eis a mística bíblica a que este livro de Marcelo Barros nos seduz. Convida ao jubileu, ao fim da devastação da terra. Celebra o descanso, o sábado bíblico, este fim da escravidão. Marcelo, que boas são tuas palavras. Dão gosto ao novo. Dão fim ao velho".

Haroldo Reimer

DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. Petrópolis/São Leopoldo: Ed. Vozes/Ed. Sinodal, 1997, 2 volumes, 535 p.

É com alegria que saudamos o acesso de estudiosos/as e estudantes a esta conceituada obra do exegeta alemão Herbert Donner. Em língua portuguesa, enquanto não se produz uma obra autóctone, fazia falta a tradução de uma obra estrangeira mais atualizada. Os manuais mais antigos de "História de Israel" (cf. Metzger, Bright, Cazelles), traduzidos no final da década de 70 e publicados nos inícios dos anos 80, há tempo não mais correspondiam às descobertas e avanços nesta área da pesquisa bíblica. Tais livros deixavam no estudante a necessidade de complementação a partir de textos diversos, nem sempre ou facilmente acessíveis ou disponíveis em língua portuguesa. O livro de Jorge Pixley, "História de Israel a partir dos pobres" (1991), em parte veio a preencher esta lacuna, no que tange a uma visão geral hermeneuticamente vinculada com a teologia da libertação. Agora, com a publicação da obra de H. Donner, as pessoas que gostam ou precisam estudar a História do Povo de Deus terão à mão um excelente material de leitura e fonte de consulta que servirá de complementação. Neste sentido parabenizamos as duas editoras pela publicação e sobretudo a equipe de tradução do Fundo de Publicações Teológicas do Instituto Ecumênico de Pós-Graduação, de São Leopoldo/RS, em especial Claudio Molz e Hans A. Trein.

A obra de H. Donner tem um esboço e uma pretensão bastante amplos. O autor quer dar uma visão geral desde os primórdios da História de Israel até a época de Alexandre Magno, com uma "visão prospectiva sobre a época helenístico-romana entre 332 aC e 135 dC". Dentro desse propósito amplo, a leitora e o leitor encontrarão vários excursos sobre personagens ou temas específicos relacionados ao objeto de estudo. O aposto "e dos povos vizinhos" é explicado pelo próprio autor no prefácio à 1ª ed.: "não significa que aqui também ainda possa e deva ser oferecida de passagem, por assim dizer, a história do Egito, da Mesopotâmia, ... O título não quer nada mais do que indicar o fato historicamente indiscutível de que a história de Israel não pode ser tratada independentemente da do Antigo Oriente, mas constitui, sob todos os aspectos, parte inseparável dela" (p. 5).

No primeiro volume – *Dos primórdios até a formação do Estado* –, o autor apresenta primeiro um conjunto de quatro capítulos que, de certa forma, mostram o cenário e os personagens principais para os eventos dos inícios da história de Israel. Depois, de um total de 268 páginas, o autor utiliza 115 páginas para enfocar a história complicada dos inícios de Israel. Este é, sem dúvida, o período mais controvertido na pesquisa. A parte final do primeiro volume dedica-se ao estudo do estabelecimento da monarquia em Israel, indo até o "governo de Salomão". Em todos os capítulos sempre há boas indicações bibliográficas, que facilitam ao leitor ou à leitora continuar os estudos nos textos indicados, os quais, por vezes, até contradizem a tese principal do autor.

No segundo volume – *Da época da divisão do Reino até Alexandre Magno* – o número de páginas está distribuído de forma mais eqüitativa para os conteúdos abordados. O enfoque principal está colocado na história dos eventos dos Reinos de

Judá e Israel. Aqui cabe ressaltar o mérito do autor de situar a história dos dois reinos dentro dos marcos dos pequenos estados siro-palestinenses da época assíria e babilônica. Novamente o/a leitor/a encontrará muitas indicações e referências históricas, bem como indicações bibliográficas complementares. Dentro da exposição cronológica, a "época da restauração" ou período do pós-exílio poderia ter merecido uma exposição mais detalhada, visto que aqui se localiza o processo de coleção e junção de muita literatura do povo de Israel, como também muitos dos problemas que afetam a sua compreensão. O capítulo final, prospectivo sobre a época grega e romana, ajuda o/a leitor/a a chegar com boa orientação até a época do Novo Testamento.

Estes dois volumes, de ótima apresentação e excelente trabalho gráfico, deverão fazer parte da biblioteca de toda pessoa interessada em estudar ou se aprofundar na história de Israel. Constituem uma apresentação equilibrada dos eventos da história com base em fontes documentárias. Diante do quadro difícil das fontes documentárias, muitas perguntas ficam em aberto, mas a obra traz várias percepções novas. Temos aí um ótimo material de leitura e pesquisa.

Haroldo Reimer